

Dívida será paga conforme o PIB

30 JAN 1990
Externa

Tóquio — Visivelmente tenso e apressado o Presidente eleito concedeu ontem no Japan National Press Clube, a sua mais rápida entrevista coletiva desde que foi eleito. Chegando mesmo a dar dura resposta a um repórter da Reuters que o questionava sobre a possibilidade do Brasil conseguir cinco bilhões de dólares, de imediato para reescalonar sua dívida. Ele admitiu que poderá limitar o pagamento da dívida externa em um percentual, a ser determinado, do Produto Interno Bruto.

A coletiva, que reuniu mais de cem jornalistas e curiosos teve apenas três perguntas — ele tinha uma recepção na Embaixada Brasileira a seguir — versando sobre a política brasileira para meio ambiente, dívida externa e como pretende gerir a economia brasileira.

Na questão ambiental Collor defendeu a política que o Brasil vem praticando, prometendo valorizar ainda mais o assunto no seu governo. Acusou as nações mais desenvolvidas de, através de testes nucleares, estarem contribuindo muito para agravamento da questão ambiental, inclusive com o descongelamento da calota polar, o efeito estufa e a destruição da camada de ozônio.

A dívida externa brasileira, reafirmou, não será paga às custas do desenvolvimento. Explicou que a capacidade de amortização da dívida e dos juros será fixada em um percentual do PIB e só crescerá como consequência do aumento do próprio produto.

Sobre a gestão da economia foi muito claro dizendo que ele e apenas ele será o responsável pelas decisões nessa área. Aproveitou para estender o raciocínio a todos os outros ministérios e ao governo como um todo. Disse que seu governo poderá ser acusado de qualquer coisa, menos de omissão.

A entrevista

Os principais trechos da entrevista são os seguintes:

Há uma esperança internacional que o Brasil possa preservar o verde da Amazônia bem como o meio ambiente que o País possui. Por outro lado, deverá entrar em conflito com a necessidade interna de explorar recursos naturais que o Brasil possui. Gostaria de saber como V.S. pretende solucionar esse tipo de interesse interno e externo. Se houver alguma gestão no sentido de efetuar algum acordo nesse sentido, também gostaria de saber.

— O meu governo está criando uma secretaria especial de meio ambiente, numa demonstração da preocupação que o meu governo tem — não somente que o meu governo tem, mas que a sociedade brasileira com um todo tem — em relação à preservação ambiental e à recuperação de áreas já atingidas pela poluição. O Brasil estará sediando, nos próximos dois anos, um congresso internacional sobre meio ambiente, promovido pela Organização das Nações Unidas. Isso também demonstra que o Brasil deseja discutir de uma maneira ampla, franca e aberta a questão ambiental.

— Durante a campanha eleitoral, V.S. teria manifestado que não faria o pagamento da dívida externa se prejudicasse o povo brasileiro. Gostaria de saber se o Sr. ainda pensa dessa forma? Por outro lado, talvez haja alguma falha, mas eles recordam que V.S. teria dito que não pagaria mais de cinco bilhões de dólares... Eles queriam saber se V.S. continua pensando dessa forma ou se tem alguma idéia diferente a respeito.

— É o que eu venho rigorosamente falando. Sempre coloquei que não havia como nós nos entendermos na questão do pagamento da dívida externa se tivéssemos que submeter nosso crescimento econômico, ou seja, nós haveremos de promover uma ampla renegociação dessa dívida, sem abrir mão do nosso crescimento econômico. Isso significa

crecimento econômico igual a bem-estar social, porque, sem crescermos economicamente, não temos como dar oportunidade, a cada ano, a cerca de dois milhões e meio de pessoas que ingressam no mercado de trabalho e não teremos condições de atender à demanda social da nossa população que passa, hoje, por um momento extremamente crítico. Isso significa, para que nós não abramos mão do nosso crescimento econômico, que nós teremos que determinar um percentual do nosso PIB para remessa ao exterior. Quanto maior o nosso PIB, percentualmente aplicado em cima de uma quantia maior, mais nós poderemos dispor para fazer face ao cumprimento das nossas obrigações em relação aos contratos que temos com os nossos bancos credores.

Sobre isso eu tenho uma notícia que já levei ao conhecimento de todos. É uma carta que recebi em Nova Iorque do presidente do Citibank Corporation, onde foi textualmente aceita esta condição de que não podemos abrir mão do nosso crescimento econômico para podermos renegociar a dívida. Esse é um sinal positivo que nós entendemos como manifestador de uma esperança de que chegaremos finalmente a um acordo que atenda aos interesses nacionais de não abrir mão de seu crescimento econômico.

O Sr. diz que vai ser o ministro da Economia. Além do Ministério da Economia, o Sr. pretende assumir algum outro?

— Aí não é uma questão de querer ou deixar de querer. Aí é uma questão de assumir um mandato que a população me conferiu. Quando 36 milhões de brasileiros votaram em mim para presidente da República, eles votaram porque eles sabiam que eu não fugiria à responsabilidade de governar esse País. E assumir a responsabilidade significa assumir a responsabilidade de todos os setores do País, não só da economia.